PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2013-07-18	
O Secretário da Mesa	
Paulo Batista Santos (Assinatura)	Digitally signed by Paulo Batista Santos (Assinatura) Date: 2013.07.18 19:26:30 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 2610 / XII (2 .ª)

Assunto: Encerramento da Repartição de Finanças de Monchique

Destinatário: Min. de Estado e das Finanças

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Recentemente, a Assembleia Municipal de Monchique aprovou por unanimidade uma moção em que denuncia a intenção do Governo de encerrar a Repartição de Finanças de Monchique, incluída num pacote de cerca de quarenta encerramentos de repartições de finanças a nível nacional.

Esta intenção do Governo, a confirmar-se, seria intolerável!

A política de ataque às funções sociais do Estado – agravada agora pela aplicação do Memorando da Troica –, que se traduz no encerramento de escolas, de centros de saúde, de tribunais, de estações de correios, de postos da GNR e de diversos outros serviços públicos, é particularmente nociva para as regiões do interior, contribuindo para a aceleração dos processos de desertificação económica e demográfica. No concelho de Monchique, assim como noutros concelhos da serra algarvia, este processo de desertificação acentuou-se nas últimas décadas em resultado do abandono a que o interior algarvio tem sido votado por sucessivos governos e de um modelo de desenvolvimento regional que aposta quase exclusivamente no turismo de sol e praia, canalizando para o litoral algarvio a esmagadora maioria dos investimentos.

Pelo exposto, com base nos termos regimentais aplicáveis, venho por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério das Finanças, o seguinte:

1. Reconhece o Governo que o encerramento de serviços públicos nas regiões do interior tem consequências extremamente negativas no desenvolvimento dessas regiões, agravando e acelerando os processos de desertificação económica e demográfica e contribuindo para o empobrecimento das populações?
2. Está o Governo a considerar a hipótese de proceder ao encerramento da Repartição de Finanças de Monchique?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 18 de Julho de 2013

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.